

Bloco acusa o Governo de “facilitar a exploração” laboral dos imigrantes

Ana Bacelar Begonha

Mariana Mortágua criticou o Governo por utilizar o “trabalho imigrante em condições sub-humanas” sem direitos laborais

Mariana Mortágua acusa o Governo de “facilitar a exploração” laboral dos imigrantes em Portugal “por não lhes garantir direitos humanos e laborais” e exigiu a criminalização dos patrões, em particular, da apanha ilegal de bivalves do Tejo. “Há exploração laboral porque o Governo, quando facilitou a vinda dos imigrantes para procurar trabalho, também facilitou a exploração por patrões que procuraram trabalho quase escravo a quem não dão condições nem salários”, atirou a coordenadora do Bloco de Esquerda (BE).

A bloquista falava aos jornalistas ontem após uma visita à associação Solidariedade Imigrante, onde afirmou que, apesar de o Governo ter “prometido que iria regularizar” a actividade ilegal da apanha de bivalves em 2017, “fechou os olhos, como fecha em Odemira, como fecha às casas sobrelotadas em Lisboa”. “Vai utilizando o trabalho imigrante em condições sub-humanas que alimenta a economia do país e a Segurança Social e explorando estas pessoas sem lhes dar contrapartida de direitos humanos e laborais”, acusou ainda.

Além de dar “condições burocráticas”, Mortágua defendeu, por isso, que o Governo tem de “dar condições materiais” aos imigrantes, tais como “garantir que o salário paga uma habi-



MATILDE FIESCHI

Mortágua critica desigualdades entre imigrantes ricos e pobres

tação digna”, e assegurar “que os patrões que exploram ilegalmente o trabalho imigrante sejam criminalizados”.

Frente àquela associação na Baixa lisboeta, a recém-eleita líder do BE lamentou também o facto de a Agência Portuguesa para as Migrações e o Asilo (APMA) não ter sido criada, embora o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tenha sido extinto, o que, diz, faz com que os “processos” estejam “parados” e as “pessoas” não tenham “resposta”.

Na associação, composta por 51.700 membros de 99 nacionalidades, que recebe mais de 100 pessoas por dia, Mariana Mortágua ouviu alguns dos imigrantes presentes, que ali se deslocam, desde a Guiné-Bissau ou do Senegal, para pedir apoio, seja a encontrar trabalho ou a denunciar situações de exploração e de

violência doméstica. E que se queixaram precisamente da dificuldade de conseguirem documentação junto do SEF.

Mortágua alertou para a “desigualdade no tratamento dos imigrantes”, que, se forem “ricos”, conseguem adquirir “vistos gold” ou ter acesso ao regime do residente não-habitual, mas, se forem “pobres”, enfrentam um “mar de problemas burocráticos”. “É uma escolha política. O Governo escolhe dar condições aos imigrantes que têm dinheiro e não dá aos imigrantes que a única coisa que trazem é a sua força de trabalho”, disse.

Já Timóteo Macedo, coordenador da associação, condenou a apanha de bivalves do Samouco, criticando o “Estado selvagem” permitido pelo Governo e pelos patrões “sem escrúpulos”.

PAN quer conhecer as causas e consequências do racismo institucional em Portugal

Mariana Marques Tiago

O PAN quer perceber quais as causas e consequências que advêm do racismo institucional em Portugal e, nesse sentido, Inês Sousa Real deu entrada na Assembleia da República de um projecto de lei que prevê a elaboração de um estudo a cargo da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). O estudo deverá durar alguns meses, já que um trabalho destes “não se faz em um ou dois meses”, diz ao PÚBLICO.

O racismo institucional inclui todas as formas de discriminação motivadas pela origem racial e étnica por parte de instituições públicas ou pri-

vadas, levando à exclusão ou preconceito étnico-racial. Assim, o PAN quer identificar padrões e práticas discriminatórias recorrentes, analisando as suas causas e efeitos.

O passo seguinte é desenvolver “estratégias eficazes” para combater o racismo institucional, lê-se no documento. Para que o Governo possa aplicar as medidas de combate necessárias, o estudo deve apresentar recomendações e directrizes.

O PAN quer “perceber as razões estruturais por trás do racismo e as consequências que tem” na sociedade, explica Inês Sousa Real. Por esse motivo, “qualquer partido democrático deverá acompanhar” a iniciati-

va, até porque “está em causa estudar esta questão e não mudar a legislação”.

De acordo com o projecto de lei, devem ser analisadas as práticas que contribuem para o racismo institucional em Portugal (focado na discriminação no trabalho, onde se inclui a justiça salarial); investigados casos em diferentes sectores e instituições, identificando padrões; avaliadas as políticas existentes; elaborar recomendações e directrizes e um relatório.

A deputada única considera que Portugal não pode dar os direitos humanos como adquiridos: “Devemos permanecer vigilantes.”

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



PRÉMIO JOÃO MONJARDINO 2023

Saúde Mental: Investigação Clínica e de Serviços

Na sequência do Protocolo celebrado entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P. e a Fundação Professor Francisco Pulido Valente, é aberto o concurso para atribuição do Prémio João Monjardino 2023.

ÂMBITO/DESTINATÁRIOS

O Prémio visa distinguir o melhor artigo publicado sob o tema **Saúde Mental: Investigação Clínica e de Serviços**, sem restrição de ano de publicação, que descreva os resultados da investigação realizada numa instituição do sistema científico e tecnológico nacional, por um investigador com menos de 35 anos à data de apresentação da candidatura.

FINANCIAMENTO

O montante deste Prémio é de € 10.000 (dez mil euros), atribuído numa prestação única.

CANDIDATURAS

As candidaturas devem ser apresentadas entre os dias 26 de junho e 29 de setembro de 2023.

INFORMAÇÕES

www.fct.pt

www.fpulidovalente.org

CENTRO HOSPITALAR
UNIVERSITÁRIO
LISBOA NORTE. EPE



Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E.P.E.

Serviço de Urgência Central Procedimento para nomeação de Diretor/a de Serviço

Nos termos do artigo 99.º do Estatuto do SNA, aprovado pelo DL n.º 52/2022, de 04/08, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 22/06/2023, se encontra aberto procedimento para acolhimento de manifestações de interesse individual com vista ao recrutamento do/a Diretor/a do Serviço de Urgência Central do CHULN.

O prazo de apresentação da Manifestação de Interesse Individual é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso, devendo os/as interessados/as consultar o aviso integral do referido procedimento na página oficial do Centro Hospitalar no seguinte endereço:

<https://www.chln.min-saude.pt/2022/11/21/medicos/>

Lisboa, 27 de junho de 2023

A Diretora do Serviço de Recursos Humanos
Sónia Matias